

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v22i39.1213>

UMA CONVERSA SOBRE O PÓS-ABOLIÇÃO E OS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA: entrevista com Fernanda Oliveira^{1,2}

A CONVERSATION ABOUT POST-ABOLITION AND THE SOCIAL MARKERS OF DIFFERENCE: interview with Fernanda Oliveira

UN DIÁLOGO SOBRE LA POST-ABOLICIÓN Y LOS MARCADORES SOCIALES DE DIFERENCIA: entrevista con Fernanda Oliveira

ALÍCIA QUINHONES MEDEIROS

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9249-0606>

Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é doutoranda em História pelo PPGH da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde é bolsista Capes. Membro do Grupo de Estudos sobre o Pós-Abolição (GEPA/UFSM).

Integra a coordenação do Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-Abolição da ANPUH/RS (biênio 2024-2026).

Santa Maria - RS, Brasil.

aliciaquinhones@gmail.com

GUILHERME VARGAS PEDROSO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6928-1363>

Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é doutorando em História pelo PPGH/UFRGS, em que é bolsista Capes e professor de História no ensino básico. Membro do Grupo de Estudos sobre o Pós-Abolição (GEPA/UFSM) e do Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-Abolição (GTEP) da ANPUH/RS.

Santa Maria - RS, Brasil.

guilhermepedrosov@gmail.com

Entrevista com Fernanda Oliveira, professora adjunta do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. Realizou estágio pós-doutoral pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/2018) e pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/2019), doutorado pela UFRGS (2017), mestrado pela PUCRS (2011) e licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas (2008). Atualmente, é Coordenadora Substituta do PPGH/UFRGS, representante da UFRGS no comitê acadêmico “*Historia, regiones y fronteras*” da AUGM (*Asociación de Universidades del Grupo Montevideo*), membro do GT Emancipações e Pós-Abolição da Associação Nacional de História, da Sociedade Brasileira de Teoria da História e História da Historiografia e da Rede

¹ Entrevista submetida à avaliação em agosto de 2024 e aprovado para publicação em setembro de 2024.

² A entrevista com a Prof.^a Dr.^a Fernanda Oliveira foi realizada via *Google Meet*, no dia 20 de junho de 2024, com duração de 1h30min.

de Historiadoras Negras e Historiadores Negros. Colunista do UOL na coluna Presença Histórica. Cofundadora do Grupo de Estudos Atinuké – Sobre o Pensamento de Mulheres Negras. As suas pesquisas são na área de História da América, Teoria da História e História do Brasil, com ênfase em pós-abolição, racialização, fronteira Brasil-Uruguai, clubes negros, raça, escrita da história e pensamento de mulheres negras.



Para começar, gostaríamos que a senhora falasse sobre o seu interesse pela História e em que momento decidiu cursar História na Universidade, além disso, quem foram as pessoas que influenciaram e estiveram contigo nessa trajetória?

Fernanda Oliveira: Acho que a História sempre fez parte da minha vida. Eu venho de uma família de contadores de histórias, a minha principal influência foi meu avô paterno, Ernesto Hipólito Maciel da Silva. Quando eu me lembro do vô, ele já tinha por volta de seus 80 anos. E eu convivi mais uns 10 anos ainda com ele. Ele era uma pessoa que contava muito sobre a vida, tinha nascido em Canguçu, cidade localizada na campanha gaúcha, e ido para Pelotas com toda a família, a minha avó e seis filhos, todo mundo tinha nascido em Canguçu. Foram para Pelotas morar no que hoje é conhecido como bairro Laranjal. O meu avô viu a transformação da cidade. O Laranjal, na época do meu avô e dos meus tios, era um bairro muito afastado, não sendo de moradia, mas semelhante a um espaço colonial, porque já tinha muitas fazendas e chácaras de pessoas de alto poder aquisitivo, local onde o meu avô foi trabalhar, utilizando os conhecimentos que tinha com a lavoura em Canguçu. Mas era um balneário, ou seja, uma praia. Só que essas pessoas, geralmente, tiravam períodos de férias no Laranjal, no restante do ano, era um lugar muito vazio. Meu avô contava muitas histórias, falava muito sobre coisas do cotidiano. Eu cresci numa família completamente negra, bastante separada de pessoas não negras. Tínhamos uma sociabilidade muito interna, restrita ao meio familiar. A minha família era grande, tanto a materna quanto a paterna. Na família da minha mãe, eram doze filhos; na do meu pai, seis. Minha família era muito grande, então a nossa sociabilidade estava ali. Começo a me deparar com a história aí.

Quando eu fui para a escola, sempre gostei muito de estudar. E quando a gente começou a aprender história, que, na minha época, era por volta do terceiro ano, a história da cidade, nós

tínhamos trabalhos para fazer sobre o bairro. E aí, nossa, eu amei! Conversei com o meu avô, eu tinha uma fonte em casa. Só que, ao mesmo tempo, à medida que fui crescendo, percebi que as histórias que eu ouvia não coincidiam com outras que ouvia na escola. Às vezes, porque não estavam presentes, ou porque não coincidiam mesmo, eram coisas diferentes daquelas ditas na escola. O meu avô, em tese, na certidão, nasceu em 1911, mas de acordo com o geriatra dele, tinha mais idade, o que era bem comum tendo em vista que, naquela época, as pessoas eram registradas mais tarde, mas, de qualquer forma, o meu avô contava muitas histórias do *tempo da escravidão*. Hoje, eu tenho dimensão de que talvez o *tempo da escravidão* não fosse efetivamente o tempo anterior a 1888, mas uma menção à manutenção das práticas escravistas após a abolição. De qualquer forma, eu cresci ouvindo muito sobre isso. Só que o meu avô contava histórias sobre como a vida acontecia em meio ao tal *tempo da escravidão*. E aquilo não batia com o que eu aprendia na escola. Beleza, a vida seguiu, eu sempre gostando muito de história, procurando livros para ler, sempre entre história e literatura.

E aí eu cheguei no sexto ano e tive História do Egito –me apaixonei! Me apaixonei de uma forma tal, achava aquelas imagens maravilhosas, lembro –me do livro, de tudo. No sexto ano, decidi que seria professora. Eu disse: “é isso que eu quero para a minha vida, quero ser professora, e quero ser professora de Grécia Antiga, quero falar sobre Egito, quero falar sobre essas coisas bonitas”, porque era lindo, eu achava a coisa mais bonita (risos). De qualquer forma, a história negra ainda não era satisfatória, talvez por isso mesmo me encantei com uma outra história, que não foi apresentada para mim como História Africana ou História negra. Quando estava no oitavo ano, era preciso definir para onde eu iria, porque a escola em que estava não tinha o ensino médio (na época, chamava-se segundo grau). Eu queria ser professora, já tinha conversado em casa e recebido apoio da família. Eu tenho uma tia que é professora, e então a minha solução seria fazer um segundo grau profissionalizante, no Curso Normal. Pelotas tem, até hoje, duas grandes escolas públicas, que são de cursos tradicionais. Então o meu pai foi atrás de vaga, algo bastante difícil de se conseguir. E aí eu consegui vaga para cursar magistério no Colégio Municipal Pelotense.

Comecei a fazer o magistério e me apaixonei muito. Mais uma vez, também tive a oportunidade de conhecer bons professores de História, inclusive a minha primeira prova de recuperação na vida foi nessa disciplina. O professor Arthur, do Pelotense, dava aulas de forma que a gente pudesse refletir, era uma história que era reflexiva, eu lembro da prova que eu peguei, tinha duas questões. E eu vinha de um ensino super tradicional, de questionário, de decorar as coisas. Nesse momento, a história que eu havia conhecido em casa começou a se

encontrar com a história da escola, e não tenho nenhuma dúvida, então, de que eu queria cursar História, mas queria acessar uma História voltada muito mais para as histórias que eu tinha ouvido em casa, aí começa a minha busca nesse sentido. Optei pelo caminho tradicional, vestibular –na época a UFPel (Universidade Federal de Pelotas) ainda tinha vestibular –, fiz tanto em Pelotas quanto na FURG (Universidade Federal do Rio Grande), nos dois lugares para História. Então, eu entro no curso de História, e aí a trajetória deslancha, muito pela possibilidade de ter convivido com professores que trabalhavam com a temática, especialmente com a professora Beatriz Loner. Percebi, assim, que aquele é o mundo que queria para mim desde sempre.

Em relação a seu período na universidade, sabemos que conviveu e foi orientada pela professora Beatriz Loner. Considerando que Loner ajudou a abrir os caminhos para a historiografia do pós-abolição e dos mundos do trabalho no Rio Grande do Sul, conte sobre essa experiência e de que forma isso te impulsionou, posteriormente, a se tornar uma pesquisadora da área?

Fernanda Oliveira: Quando entrei na UFPel, no mesmo ano, houve um encontro da ANPUH (Associação Nacional de História) regional. Por conta disso, havia muita circulação de historiadores e pesquisadores. Eu vinha do magistério, da prática de dar aula e escolhi o curso de licenciatura plena, então não tinha muito essa dimensão do que era fazer pesquisa, foi um mundo novo que se abriu. Houve uma atividade na disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, com o professor Adhemar Lourenço, em que conheceríamos os espaços de pesquisa da universidade. A atividade era para que os alunos pudessem saber as possibilidades dentro do curso. O professor nos levou em todos os laboratórios e núcleos de pesquisa, e o último espaço foi o Núcleo de Documentação Histórica (NDH), que, na época, já era coordenado pela Beatriz. Ele apresentou os projetos que estavam em desenvolvimento no Núcleo, e um deles era sobre os clubes carnavalescos negros de Pelotas. Gente, tem a música da Maysa: “Meu Mundo Caiu”. Pois o meu mundo se abriu. Eu me lembro da minha alegria! A Beatriz, que estava no NDH, baixou os óculos, uma característica dela, viu aquela turma de jovens e falou algo mais ou menos assim: “Ah, tem reunião do projeto essa semana, se alguém quiser vir, vai ser muito bem-vindo”. Eu não pensei duas vezes e fui. Cheguei, imagina, aluna de primeiro ano, primeiro semestre, recém-saída do ensino médio e encontrei uma equipe sensacional no Núcleo. A Beatriz era uma professora muito preocupada com a formação dos alunos, então o grupo que trabalhava com ela era incrível, fiz amigos,

inclusive para a vida. Na época, a bolsista da Beatriz, nesse primeiro ano, era a Débora Clasen, uma grande amiga até hoje, que é historiadora também, professora atualmente na Unipampa, atuou como docente da Universidade Federal da Fronteira Sul durante muito tempo. A Beatriz olhou para mim, conversamos rapidamente, e ela chamou a Débora, dizendo para me inserir nos meios de pesquisa, me levar na *Biblioteca Pública Pelotense*, me mostrar os jornais, me explicar como é que se pesquisa em jornais, essas coisas todas. Tínhamos reuniões mensais do grupo de pesquisa, e era sempre algo muito encantador. A Beatriz era coordenadora, com uma parceria de trabalho com a professora Lorena Almeida Gil, que também participava desse projeto. A Lorena trabalhava com História Oral, então ela estava bastante preocupada com o método, em *como* fazer as entrevistas. Mas a Lorena começou a nos apresentar também os estudos sobre gênero. Então, ao mesmo tempo, em que a Beatriz era já bastante reconhecida – e como eu falei para vocês, durante uma ANPUH a gente tem dimensão do reconhecimento dos nossos professores por profissionais de outras universidades e por seus trabalhos com a população negra dentro dos mundos do trabalho –, a Lorena trazia as relações de gênero. Para mim, aquilo era maravilhoso, pois eram as coisas que eu queria pesquisar, as quais elas foram me instrumentalizando.

Nunca me esqueço de um dia chegar para a Beatriz e ter coragem de perguntar algo que estava há muito tempo na minha cabeça. Sempre fui uma aluna que gostava muito de hinos, ainda peguei um ensino com o resquício da ditadura militar. Aprendi todos os hinos, e eu não entendia por que o hino do Rio Grande do Sul falava daquele modo da população negra. E do que eu entendia, como eu interpretava³. E eu me lembro de chegar para a Beatriz e perguntar: “Beatriz, por quê?”. Aí a Beatriz me deu uma pequena aula, tanto sobre hinos, como eles são construídos, para que servem, mas também a respeito da historiografia brasileira, acerca da escravidão no Brasil, como tudo isso mudou ao longo do tempo, quais as perguntas foram

³ A crítica ao Hino Rio-Grandense, hino oficial do estado do Rio Grande do Sul e símbolo do estado segundo lei, adotado em 1934, diz respeito ao seguinte verso: “Mas não basta, para ser livre; ser forte, aguerrido e bravo; **povo que não tem virtude; acaba por ser escravo**”. A primeira bancada negra da Assembleia Legislativa do Estado, formada pelos parlamentares Bruna Rodrigues, Matheus Gomes e Laura Sito, em diálogo com o movimento negro, historiadores/as e pesquisadores/as sobre a temática, tencionaram, em diferentes momentos, o debate no espaço da AL. Em 2021, no ato de tomarem posse, recusaram-se a levantar-se durante a execução do hino. Em 2023, foi levada à votação na AL a PEC 295/2023, proposta pelo deputado Rodrigo Lorenzoni (PL), e cujo objetivo foi instituir a proteção e a imutabilidade dos símbolos do estado do Rio Grande do Sul. Foi aprovada e se tornou Emenda Constitucional. Na véspera da votação em primeiro turno, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, formada, também, pela bancada negra, promoveu uma audiência pública para debater a letra do hino e os motivos que entidades e pessoas que compõem o movimento negro, historiadores, sindicalistas e militantes dos movimentos antirracista e antifascista, consideram o hino problemático e racista e, por isso, defendem alterações no trecho citado no início desta nota. Para saber mais, ver: Arnt (2023) e Oliveira (2022).

feitas, onde os pesquisadores estavam buscando. E me incentivou a seguir com essas perguntas.

A Beatriz, para mim, foi um exemplo de professora pesquisadora. As suas aulas eram sensacionais, ela ministrava Brasil Colonial e Imperial, e depois Brasil da ditadura à redemocratização. Ela foi um exemplo para mim enquanto pesquisadora no primeiro momento, porque eu a conheço por meio do grupo de pesquisa, e como professora, na forma de conduzir as aulas e de prender a atenção dos alunos. A Beatriz tinha uma retórica incrível! Levava algumas anotações, escrevia algumas coisas no quadro e a gente perguntava coisas dos textos, e aquilo estava tudo na cabeça dela. Eu fiquei muito encantada pela forma como ela dava aulas. Ao longo da convivência, que se estendeu por toda a licenciatura, ela também foi se transformando numa grande referência de ética, que, talvez, hoje, para mim seja um dos pontos principais. A Beatriz se tornou meu exemplo de ética, de como fazer as coisas bem feitas, respeitando o outro, inclusive no que tange à formação enquanto pessoa. Ela sempre teve posições políticas muito seguras e sem nenhuma vergonha de falar, para algumas pessoas era vista como *durona*. Felizmente, tive a oportunidade de conhecer uma Beatriz acolhedora, inclusive dos meus erros de uma jovem estudante em formação. De qualquer forma, sempre foi uma professora do diálogo e mesmo dos embates. Nunca a vi silenciar outra pessoa. Isso para mim era algo encantador. Posso dizer para vocês que a Beatriz me ensinou a pensar e a me colocar no mundo. Então ela foi uma referência para muito além dos textos, mas, realmente, aquilo que eu tento carregar comigo e honrar enquanto legado é esse privilégio que foi ser aluna dela, coisa que, na época, eu não demorei muito para descobrir que era um privilégio, porque, evidentemente, a gente faz comparações com os outros professores, mas também pela forma como ela acolheu meus erros e equívocos.

Uma das exigências que a Beatriz tinha para as bolsas – e, no segundo ano, eu me torno sua bolsista – era a participação nas ANPUH's, fossem nacionais ou regionais. Isso foi muito importante, pois, de fato, foi a inserção no universo da pesquisa, dos contatos, das redes que me permitiu aprender o funcionamento do mundo acadêmico. As minhas primeiras viagens deram-se em função de eventos. Até, então, sempre estive muito restrita a Pelotas e ao Rio Grande do Sul. Com a universidade, o meu mundo se ampliou. Isso foi proporcionado por essa orientação acadêmica mesmo. Não era uma orientação só de projeto, era uma orientação de vida profissional. De fato, vai ser historiadora? Quer ser professora de história? Mas sem deixar de lado a historiografia, a pesquisa, enfim. Então, é esse o caminho. A Beatriz foi tudo isso para mim.

Enquanto uma historiadora da história social do trabalho e, depois, a questão do próprio GT Emancipações e pós-Abolição, coloca-se, para mim, desse modo, como possibilidade de fazer as pesquisas que eu queria fazer. Em 2005, a Beatriz foi para um evento, se não me engano no Nordeste, e ela voltou muito brava, porém instigada. Até então, ela trabalhava com a categoria de *etnia*, e eu sempre questionava esse uso em detrimento de *raça*. Mas eu era apenas uma aluna sem aporte teórico relacionado à *raça* como categoria social, nem sabia definir, nesses termos, naquela época. Para mim, isso fazia mais sentido porque vinha da minha experiência. Ninguém me xingava por uma coisa étnica, mas me xingavam, acionando a questão racial. Então a Beatriz, apesar de brava com os questionamentos, voltou instigada desse evento pelo fato de ter havido discussões, vendo-se questionada, justamente, por estar trabalhando com *etnia*. Essa já era uma perspectiva, a qual vinha sendo contestada no Brasil, especialmente por pesquisadores negros. Então ela entrega, para mim, um número especial da *Afro-Ásia* com esse debate, a partir de um texto do Loïc Wacquant e do Bourdieu (2022), “As Artimanhas da Razão Imperialista”. Tinha saído um número especial da *Afro-Ásia*, só de resposta, com muitos textos nesse caminho de se pensar *raça* e o que significava, o que implicava, quais as novas perguntas a guiarem o conhecimento científico no Brasil. Eram diferentes áreas. E aí a Beatriz orientou que eu fizesse a leitura e conduzisse as próximas reuniões do grupo. Depois, a Beatriz deixa de lidar com *etnia*, e passamos a trabalhar com o conceito de *raça* e a perspectiva de construção social da *raça*, ou seja, a racialização. Tanto que, em 2005, no aniversário do NDH, que, na época, deve ter sido os seus 15 anos, ocorreram as jornadas do Núcleo – foi quando ela convidou a professora Wlamyra Albuquerque⁴ para ir a Pelotas realizar uma conferência. Sempre que tinham conferências, a Beatriz marcava uma reunião do grupo de estudos com a conferencista. Nesse sentido, foi muito interessante para nós termos acesso àquela produção e aos inícios da discussão sobre *raça* e racialização.

E aí, óbvio, ela enfatizou alguns cuidados também. Lembro-me de a Beatriz frisar, para mim, quando íamos fazer as entrevistas, a importância de haver uma pesquisadora negra na equipe, porque a maior parte dos nossos entrevistados, evidentemente, eram pessoas negras e mulheres. E ela comentava que as coisas que as entrevistadas falavam, com a minha presença na equipe, não haviam aparecido em entrevistas anteriores. E ter uma historiadora negra como a Wlamyra lá, esse cuidado e essa percepção também. Hoje consigo identificar que a Beatriz

⁴ Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia. Em 2004, defendeu a tese de doutorado intitulada “A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)”, transformada em livro no ano de 2008, pela Editora Companhia das Letras, com o seguinte título: *O Jogo da dissimulação: abolição, raça e cidadania no Brasil*.

começou a se atentar para algumas questões que, muito tempo depois, talvez uns dez anos, colocaram-se mais latentes no campo da historiografia. A Beatriz, dentro dos *mundos do trabalho*⁵, e já trazendo essas experiências de trabalhadores negros, foi abrindo todas as possibilidades de realização de outras pesquisas. A sensação que tenho hoje, olhando para trás, é que, de alguma forma, a Beatriz me pegou pela mão, abrindo-me um mundo de possibilidades, menos porque me autorizava, mas porque me formou para trabalhar com o que eu achasse que devesse investigar.

A Beatriz dialogava com o pessoal do eixo Rio-São Paulo e com os colegas pesquisadores da escravidão no Rio Grande do Sul, especialmente quem trabalhava com questões quantitativas, a História Demográfica naquele período era muito forte. Mas aquilo não permitia para ela entender as condições de vida dos trabalhadores. Ela era uma historiadora muito atenta aos estudos de E. P. Thompson, lembro-me de fazermos reuniões para discutir textos clássicos da história social, como Thompson e [Eric] Hobsbawm. Então a questão da cultura de classe, bem como entender as experiências dos trabalhadores, para a Beatriz, era bem mais importante do que saber quantos operários tinham dentro de uma fábrica. Ela problematizava as experiências de vida. Para mim, era isso que também importava, porque conectava com as histórias que eu já conhecia, que tinha ouvido em casa.

Para além da professora Beatriz Loner, como as suas vivências, interesses e redes de sociabilidade influenciaram, também, no tema da pesquisa associativismo negro?

Fernanda Oliveira: Não sei nem se eu consigo separar essas coisas. Parece que foi um encontro em que as coisas se conectaram. Eu venho de uma família na qual o meu pai é mestre de obras, minha mãe, empregada doméstica. O trabalho braçal caracterizava a minha família. Tenho uma tia professora e uma outra, casada com o irmão do meu pai, que igualmente era professora – até hoje são as únicas que destoam das profissões braçais e de prestação de serviço. Ao mesmo tempo, o meu pai, sendo construtor, sempre teve casa própria. Enfim, essas questões para nós eram, relativamente, comuns, apesar de eu saber da dificuldade que era, que não era acessível para todo mundo. Quando chego na universidade, começo as minhas pesquisas e, mesmo antes, quando passo pelo magistério, e me deparo com

⁵ A expressão faz referência aos debates realizados no interior do GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História, o qual tem como objetivo discutir abordagens e perspectivas e promover a produção acadêmica acerca da história social do trabalho. Para mais informações, indica-se a visita ao site: <https://anpuh.org.br/index.php/quem-somos/grupos-de-trabalho/atividades/item/313-gt-mundos-do-trabalho>
Acesso em: 26 ago. 2024.

a precariedade das vidas de muitos alunos que eu tive, foi muito importante lembrar desse lugar de onde eu vinha e dessas experiências, que não me eram estranhas. Quando me deparo com a perspectiva de pensar a realidade dos trabalhadores, mais especificamente das trabalhadoras, não dá para separar. A minha vida se amplia, a possibilidade de contextualizar histórias que já ouvia em casa. Então, por exemplo, não posso dizer para vocês que eu contestei as histórias que ouvi na minha casa, eu tomava aquelas histórias como base. Saber se aquilo era verdade ou não pouco importava, até porque esse não era o tipo de questão que a Beatriz nos inquiria. O que ela nos instigava era entender o que fez com que as pessoas da minha família fossem todas, na sua maior parte, trabalhadoras braçais. Que Rio Grande do Sul foi esse que gestou essas pessoas, mas também as apagou da sua história? Isso para mim era o mais fantástico, porque havia a possibilidade de entender como as coisas chegaram a ser o que eram naquele momento. De que forma isso aconteceu? Venho de uma família que, dentro dos moldes de uma família negra, é tradicional. Venho desse lugar, onde a vida social, especialmente das meninas, vai começar depois da festa de 15 anos, onde são apresentadas para a sociedade. É nesse momento da minha vida, voltando um pouco, que os clubes negros em Pelotas fazem todo sentido. Esses eram os lugares que o meu pai permitia que eu fosse, e havia vários que eu queria ir e não podia. Por exemplo, festa no *Fica Aí*, no *Fica Aí* eu podia ir, bem como no *Chove*⁶, no *Chove*. E quando começo a frequentar esses espaços na adolescência, no início da vida adulta, o meu pai e a minha mãe começam a contar muitas histórias familiares que se passaram nesses locais, de como que era viver nesses lugares, que para mim eram sinônimo de festa, mas eram frequentados, sobretudo, por pessoas negras. Nunca esqueço um dia que conversei com o meu pai e ele contou que no *Chove* exigia-se entrar de terno, mas não precisava ficar com o casaco na festa, e ele e os seus primos não tinham ternos. Então, o que eles fizeram? Eles conseguiram um terno completo, um entrava, ficava na janela e passava o casaco para o outro que entrava, e assim todos participavam da festa! Dessa forma, entendo que a roupa fazia parte das regras, mas o que importava para aqueles jovens era a sociabilidade que o clube proporcionava à juventude negra. Lembro do meu encantamento de começar a entender que lugar era esse que tinha normas e que, ao mesmo tempo, era um lugar em que as pessoas negras viviam plenamente, era meio que uma extensão da família. Isso depois vai fazer muito mais sentido para mim, ao longo das entrevistas para o projeto dos clubes negros.

⁶ Clubes sociais negros centenários da cidade de Pelotas/RS: o “Fica Ahí P’rá Ir Dizendo” foi fundado, em 1921, e o “Chove Não Molha”, em 1919, ambos permanecem em funcionamento.

Lembro-me que, na primeira entrevista que fiz com a professora Eloíce Lopes da Cunha Maciel, perguntei o seu nome e ela respondeu: “*meu nome é Eloíce Lopes da Cunha Maciel, e o meu sobrenome diz tudo de famílias ficaianas*”. Quando ela disse aquilo, eu rememorei a vida. Por conta de tudo isso, consigo elaborar reflexões sobre o associativismo enquanto uma dimensão da vida. Pensar os clubes exige refletir sobre parte importante da experiência de vida da população negra a partir de códigos que compõem memórias familiares. O meu avô, por exemplo, tinha algumas lesões que lhe deixaram marcas no corpo, geralmente provocadas por trabalho. Ele contava histórias de como era a vida no trabalho, quem eram os amigos, de como faziam as colheitas, quais eram as épocas, enfim. Então, era vida. O trabalho guiava a vida daquelas pessoas e, ao mesmo tempo, começo a me aproximar mais da sociabilidade. Tinha trabalho, mas também tinha festa. E aquilo era fundamental porque as pessoas faziam redes, é o que a dona Eloíce fala. Ela conheceu o esposo dela lá dentro do clube *Fica Aí* e a sua família toda foi construída ali. Nesse momento, tudo se encontra. Eram as histórias de família, a possibilidade de pesquisar aqueles clubes e, inclusive, de contestar o que, por vezes, a historiografia havia apontado. Porque, nesse momento, eu já estava mais versada, Beatriz já tinha proporcionado esses momentos iniciais de formação na historiografia, que me permitiram contestar que esses eram espaços de branqueamento, por exemplo. Lembrava das histórias de família, que óbvio que tinham diferenças entre os clubes, senão não teria o porquê de ter mais de um clube negro na mesma cidade. Mas eram diferenças a partir dos códigos internos da comunidade negra, que não se justificava, simplesmente, porque as pessoas queriam ser brancas. Passei a indagar como as pessoas desejavam ser brancas se iam para um lugar que só permitia a entrada de gente preta? A minha família falava muito sobre isso. O meu pai participou muito das festas desses clubes em Pelotas, nos anos de 1970, justamente no auge do poder negro, da estética negra, e assim se falava: “Ah não podia entrar gente branca”. Só que, ao mesmo tempo, o meu pai jogava futebol e participava dos campeonatos de várzea, onde tinham salões de festas. Contava, então, dos bailes da corda, os quais, depois, outros pesquisadores foram atrás, a última que eu li foi a Claudia Daiane⁷. Esses bailes aconteciam geralmente nas colônias de imigração europeia nos arredores de Pelotas. De um lado, ficavam os brancos e, de outro, os pretos. Quando não tinha corda, o pai falava, por exemplo, que as pessoas negras podiam entrar no baile, mas não podiam dançar, podiam apenas consumir na copa e observar. Quando eu pesquisei nas atas do *Fica Aí*, e que os homens brancos até podiam entrar, mas não podiam dançar, fez todo o sentido (Silva, 2011).

⁷ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo ganhadora do Prêmio Capes de melhor tese, em 2019, na área de História. É servidora da Universidade Federal de Pelotas. Ver: Molet (2018).

E aquilo não era branqueamento. Foi o acesso a essas memórias familiares que me permitiu formular uma forma de contestar o que eu estava lendo como branqueamento, porque tem muitos estudos produzidos no final dos anos 90 e no início dos anos 2000, problematizando o branqueamento⁸. A interpretação histórica que realizei estava sendo informada pela minha experiência coletiva, aquilo que, na minha tese (Silva, 2017), foi mais explorado por meio da *escrivência*⁹, a qual me permitiu operacionalizar e entender essas experiências coletivas. Nem sempre pude identificar o nome de fulano A ou do fulano B, que estava com meu pai no clube, no baile, mas sei que essas histórias aconteceram. Assim, faço uso dessas memórias como base para outros questionamentos, mas, sobretudo, para entregar respostas adicionais também, porque disponho de elementos para problematizar a historiografia. Dessa forma, o associativismo, para mim, permite articular diferentes camadas de um mesmo mundo. Assim, articulam-se a historiografia, as experiências associativas e as minhas histórias familiares.

Em relação ao GT Emancipações e Pós-Abolição/RS, conte-nos como foi o processo de criação deste GT e como você avalia a produção do grupo nessa primeira década de existência e atuação?

Fernanda Oliveira: Vocês sabem que o historiador dificilmente consegue falar de uma coisa a partir daquele ponto. Temos de recuar um pouquinho para entender como é que aconteceu. Quando sai o texto da Ana Lugão Rios e da Hebe Mattos sobre o pós-abolição como problema histórico (Rios; Mattos, 2004), a Beatriz me entrega, e me diz mais ou menos assim: *“tu tá começando ainda, mas eu acho que vale a pena começar a pensar no seu futuro, e talvez seja muito bom trabalhar com a Ana Lugão. Eu acho que as perguntas que tu fazes, as coisas que tu queres estudar, tem muito a ver com o que a Ana tem feito. Então vamos começar a ler esse texto e fazer discussões maiores sobre isso”*. Fomos por aí, agregamos a discussão sobre etnia e raça e, cada vez mais, aproximamo-nos de outros historiadores negros, que estavam trazendo mais questões para dentro do campo, além de pesquisas acerca do pós-abolição enquanto período histórico, especialmente os anos 30, 40 – e é muita gente pesquisando. Nós começamos a ter a dimensão de que estava se conformando um outro campo. Não eram mais apenas os estudos sobre escravidão, tampouco os estudos acerca da abolição em si. Fazia-se mais presente o questionamento relacionado ao que ocorreu com essa população depois da abolição, ou com os negros libertos em tempo de escravidão?

⁸ Alguns exemplos se encontram em: Hofbauer (2006) e Domingues (2004).

⁹ Referência ao método de escritas coletivas, tomando, como base, as vivências dos sujeitos, tenho sido identificadas, especialmente, na produção da literata Conceição Evaristo. Ver mais em: Evaristo (2007, 2017).

Simultaneamente, a História contesta respostas que já haviam sido dadas, sobretudo por outras áreas, porque não havia debruçado-se muito sobre isso. É, ainda, nesse período que ceu omeço a dialogar com o professor Karl Monsma¹⁰, o qual estava ministrando uma disciplina no mestrado em Ciências Sociais, na UFPel, e amplio as discussões para o pós-abolição nas Américas. Fiz o meu trabalho de conclusão de curso e o mestrado sobre os clubes (Silva, 2008, 2011). A interlocução com Ana Lugão Rios foi bem pontual, infelizmente ela veio a falecer e segui os estudos no Rio Grande do Sul, mas, na PUCRS, sob a orientação de Margaret Bakos¹¹. Em 2011, foi a minha primeira comunicação oral na ANPUH nacional. Apresentei em um ST [Simpósio Temático] proposto pela Beatriz, Hebe Mattos, Martha Abreu e pelo Karl Monsma. Eu, uma recém-mestra, no meio daquelas quatro figuras, nem sei como defini-los em termos de conformação de um campo. Eram referências importantes e com uma produção muito consistente e centrada nas experiências de liberdade das pessoas negras. Entro na sala do ST¹² e me deparo com muitas pessoas negras. Nunca tinha tido aquela experiência. Aqui no Sul, sempre foram experiências pontuais, nas quais eu, por vezes, era a única pessoa negra. Lembro que estavam o Amilcar [Pereira], a Maria Cláudia [Cardoso], a Ana Flávia [Magalhães Pinto], a Giovana Xavier, o Álvaro Nascimento, todo mundo na mesma sala, discutindo o pós-abolição. Fiquei muito encantada. E ali eles começaram a falar, mais abertamente, sobre a consolidação de um campo. A própria existência daquele ST, junto de outro coordenado pelo professor Celso Thomas Castilho e pela professora Maria Helena Machado, que tratava mais das emancipações, contemplando a construção da liberdade até a abolição¹³, dava subsídio para se pensar em um campo que

¹⁰ Doutor em Sociologia pela University Of Michigan. É professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹¹ Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Foi professora e pesquisadora vinculada do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Professora Sênior permanente de História da Universidade Estadual de Londrina.

¹² O XXVI Simpósio Nacional de História ocorreu na Universidade de São Paulo, Campus Butantã, entre 17 e 22 de julho de 2011. O simpósio temático “Pós-abolição: racialização e memória”, coordenado por Hebe Mattos e Karl Monsma, teve como foco debater “as continuidades e mudanças nas identidades raciais, no racismo, nas formas de discriminação racial e nas estratégias de resistência e de sobrevivência das populações negras depois da abolição. Além de preencher, parcialmente, as lacunas na historiografia, procuramos com este simpósio mostrar a importância do conhecimento histórico – e suas relações com a construção da memória social - para a compreensão da natureza das identidades raciais, do racismo e das lutas antirracistas no Brasil de hoje.” Para analisar a justificativa do ST, ver mais em: https://www.snh2011.anpuh.org/simpósio/view?ID_SIMPOSIO=482 . Acesso em: 26 ago. 2024.

¹³ O ST “Da Abolição à Emancipação: Raça, Gênero e Identidades”, coordenado por Celso Thomas Castilho e Maria Helena Machado, buscou responder “ao desafio de analisar os processos de abolição dos escravos nas Américas para além de seu enquadramento como movimento restrito ao âmbito das políticas formais e sob controle das elites. Por meio da consideração de temas e abordagens variados, tais como ciência natural, antropologia, fotografias, literatura de viagem, romances, diários, cartas, processos criminais e outros relatos, o ST pretende facilitar a realização de uma análise amplificada dos processos de emancipação dos escravos nas

pudesse não só revigorar a História do Brasil. Afinal de contas, a História do Brasil, em alguma medida, contempla todos esses elementos, mas não era explorada e valorizada, não estando nos planos de disciplina, precisando-se repensar, também ,a própria História das Américas e da diáspora africana como um todo. Já estavam se conformando os GTs de África, vale lembrar que, em 2003, foi promulgada a Lei nº 106.39/03, que obriga o ensino de história e de cultura afro-brasileira e africana nas escolas¹⁴. Isso faz com que as universidades comecem a promover concurso para formar professores habilitados a cumprir a lei, estimulando-se, assim, um campo, mas a história da África não se concentrava na experiência dos sujeitos submetidos à diáspora africana.

Então, aquelas pessoas começam a apontar para isso e sugerem a criação de um GT, para estimular e abarcar esses trabalhos. O caminho foi manter o ST no próximo Encontro Nacional de História, ocorrido em Natal, em 2013. Naquele momento, foi fundado o GT Emancipações e Pós-Abolição Nacional. A fundação do GT foi muito bem-vinda por muitos historiadores, mas, sem sombra de dúvidas, principalmente, por parte de historiadoras e historiadores negros. Naquele momento, membros do GT estavam participando de discussões muito densas sobre cotas raciais nas universidades públicas. Dessa forma, ficam mais latentes as articulações entre pesquisa e posicionamento político, que também caracterizou o GT, desde a sua criação. Em 2012, havia saído a lei nacional sobre cotas no Ensino Superior¹⁵. O professor Karl tinha sido um dos pesquisadores de um grupo de trabalho do Ministério de Ciência e Tecnologia¹⁶, do qual fui bolsista, para pesquisar elementos históricos, que dessem subsídio para a lei, a qual foi aprovada no final daquele ano. Vínhamos de um momento de

Américas, alargando a compreensão das abolições como processos sociais multifacetados e complexos. Localizando sua discussão para além das esferas públicas do estado e políticas de mão-de-obra, este ST pretende discutir como as abolições foram precedidas e acompanhadas por profunda reconfiguração das percepções sociais sobre o lugar dos afrodescendentes nas sociedades pós-emancipadas”. Para analisar as referências e a apresentação deste ST, ver mais em: https://www.snh2011.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=465 Acesso em: 26 ago. 2024.

¹⁴ Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, que torna obrigatório o estudo da história e da cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

¹⁵ Lei nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, também, apresentou o critério racial na divisão, à estudantes pretos, pardos e indígenas.

¹⁶ O projeto intitulado “Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa do CNPq” foi desenvolvido a nível nacional, estando como professores responsáveis na UFRGS José Carlos dos Anjos e Karl Monsma. A descrição do projeto tinha como objetivo, a partir “de rede de pesquisadores nacionais visando a estudar os mecanismos de ação afirmativa das Instituições de Ensino Superior no que tange à inclusão de negros, estudantes de escolas públicas e indígenas no acesso, permanência e inserção na pesquisa e no mundo do trabalho, nos anos de 2009, 2010, 2011. O coordenador do INCT é o professor José Jorge de Carvalho, da UnB, e compreende outros 20 pesquisadores em várias regiões do país e colaborações no exterior. Informações retiradas do Currículo de Marcelo Henrique Romano Tragtenberg, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0522021126041521> Acesso em 29 ago. 2024.

ebulição, e aquilo, que impactava na graduação, começava a adentrar nas discussões para a pós-graduação.

Fizemos uma discussão nos ST's ao longo da ANPUH, de 2013 e 2015, em Florianópolis. No encontro de 2015, o GT apresentou uma moção de apoio às cotas raciais na pós-graduação¹⁷. Basicamente, quem escreveu essa moção foram as historiadoras e os historiadores negros, mas quem encabeçou e se propôs a levar a moção para a Assembleia Geral da ANPUH foram as professoras Martha Abreu e Beatriz Loner e o professor Álvaro Nascimento. Nós sabíamos do peso e da possibilidade de mobilizar redes que associados consolidados na carreira acadêmica tinham como representantes na Assembleia da ANPUH. A questão política é um ponto que se mantém no GT seja pelo entendimento de que o GT é um espaço de acolhimento, de pesquisa sobre a população afro-brasileira, sobre a população negra na diáspora e, mais do que isso, seja pela compreensão de que os sujeitos negros também produzem pesquisas. Então, não é à toa que o GT passa a ser um espaço de acolhimento de parte significativa de historiadoras e historiadores negros. Isso inclui uma geração que acessou a universidade por meio das cotas. A partir de 2015, essa mudança torna-se, cada vez mais, perceptível, coincidindo com o período no qual estudantes negros já graduados, que entraram por cotas e que entendem que há um compromisso com uma agenda de escrita da História do Brasil e, por vezes, das Américas¹⁸.

Aqui preciso fazer uma ressalva. Como já disse, a Bia era muito atenta às discussões teóricas, metodológicas e, principalmente, das problemáticas históricas. Foi sob a sua orientação que discutimos tanto o que aconteceu após a abolição da escravidão – uma das primeiras discussões no âmbito do grupo de estudos por ela coordenado na UFPel, por exemplo, foi em torno do livro do Petrônio Domingues, decorrente de sua dissertação em história, sobre a população negra em São Paulo (Domingues, 2004) – quanto a problemática histórica do pós-abolição. E isso é central para compreender a formação do GT no Rio Grande do Sul, logo após a criação do GT nacional, ainda em 2013. A Beatriz, junto do professor Paulo Moreira, naquele momento professor da Unisinos, uniu esforços e estimulou a criação da setorial RS do

¹⁷ Durante a Assembleia Geral do XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH, realizada em 30 de julho de 2015, nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o GT Emancipações e Pós-Abolição apresentou um Manifesto em Defesa das Cotas Raciais na Pós-Graduação, o qual foi sancionado na referida assembleia. Para ler o manifesto na íntegra, acesse: <https://emancipacoesposabolicao.wordpress.com/2015/08/18/manifesto-em-defesa-das-cotas-raciais-na-pos-graduacao/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

¹⁸ Como exemplo desse movimento, podemos observar a partir das visões dos primeiros cotistas formados em cursos da UFRGS, os desafios e os preconceitos enfrentados, assim como as projeções de coletivos negros criados a partir da entrada de cotistas na universidade. Ver mais a respeito na reportagem de Nascimento (2021).

GT. O perfil de ambos era muito semelhante, então pessoas que, como eu, estavam realizando pesquisas a nível de pós e de graduação foram beneficiadas por esse cuidado centrado na problemática do pós-abolição, aliado ao rigor metodológico com ampla utilização de fontes primárias. Essa discussão acontecia em reuniões, geralmente em Porto Alegre, mas, rapidamente, espalhou-se pelo estado, dispondo, ainda hoje, de importantes frentes na UFSM, com as parcerias do professor Luís Augusto Farinatti, na Unipampa, e do professor Caiuá Al-Alam, na UFPel, que, após a aposentadoria da Bia, continua contando com a atuação de Lorena Gill, a quem se somam os professores Jonas Vargas e Paulo Moreira (que nunca se afastou do GT, contribuindo para o estímulo de pesquisas na Unisinos e, atualmente, também na FURG). Centrada em frentes complementares (com estudos desenvolvidos no pós-abolição em termos de período cronológico, mas, sobretudo, aqueles que investigam a problemática histórica do pós-abolição), as pesquisas passaram a, cada vez mais, problematizar as expectativas dos sujeitos negros livres ou libertos de cor em tempos de escravidão [a partir das diferentes categorias que funcionavam naquele período, elas próprias problematizadas], bem como das últimas gerações de escravizados, os seus descendentes e pessoas negras, em geral, em tempos de liberdade formal, com especial atenção para os significados da liberdade negra e da própria cidadania a partir dos sujeitos negros no Brasil, mas também nas Américas. É a atenção a essas perguntas/problemas que insere as pesquisas no campo do pós-abolição enquanto problema histórico.

O GT, aqui voltando a um olhar mais nacionalizado, abarca uma série de discussões, mas que vão verter, especialmente, a partir de alguns eixos. *Os mundos do trabalho* são o nosso eixo. Inclusive, não há um racha com o [GT] *Mundos do Trabalho*. Pesquisadores continuam participando de ambos os GT's, mas o GTEP concentra-se mais nos trabalhadores negros. Posso dizer que a História Social do Trabalho é uma viga-matriz do GT *Emancipações e Pós-Abolição*. As dimensões de gênero passam a ser investigadas de forma mais intensa. E essas duas questões vão seguir caminhos muito próprios, especialmente por meio de biografias e trajetórias. Os estudos de biografias e trajetórias somam-se nesses interesses de pesquisa. São estudos que se desdobram em estudos individuais e em trajetórias coletivas, que se articulam com os estudos sobre os associativismos, que estão relacionados com a reflexão das experiências coletivas. Os primeiros estudos de associativismo nascem de pesquisas que foram atrás de trabalhadores e aí identificam as redes nas quais o trabalhador está inserido, geralmente relacionado com uma associação de lazer, que começa a ser investigada, destacando as outras pessoas e as redes dentro daquele espaço. É como se fossem aqueles esquemas em que se abrem portas para outros estudos. Dessa forma, esses espaços e temáticas

vão ampliando-se, significativamente. E para que essas temáticas pudessem crescer, foram, indiscutivelmente, fundamentais as discussões sobre as fontes.

O campo revisita as fontes já consolidadas pela historiografia. A própria Wlamyra [Albuquerque] debruçou-se sobre isso no *Jogo da Dissimulação* (2009), e o fez problematizando os grandes projetos nacionais. O texto da Hebe Mattos e da Ana Rios (2004) já apontava nesse sentido. Amplia-se e busca-se observar quais foram as fontes construídas pelos próprios sujeitos. Mais uma vez, fruto do GT Mundos do Trabalho, que já vinha fazendo isso com o sindicalismo, olhando para os sindicatos, as produções e as atuações dos sindicatos e dos sindicalizados. O GTEP procura isso dentro dos espaços negros, e uma fonte que, sem sombra de dúvidas, destaca-se é a imprensa. A imprensa negra vem com todo o fôlego nesse momento. A partir daí, temos, de fato, uma pesquisa histórica sistemática sobre a imprensa negra, com ênfase nos caminhos abertos pela produção de Ana Flávia Magalhães Pinto (2006, 2010, 2014) a nível nacional e muitos outros centrados nos estados. Tem-se, assim, uma agenda de pesquisa de imprensa negra, que vai adensar os estudos desde a história.

A História Oral não foi deixada de lado. A minha impressão é a de que qualificamos o uso, sobretudo ao problematizar o silêncio da fonte, como apontaram os estudos realizados por Ana Lugão e Rodrigo Weimer, por exemplo. O rigor metodológico somado ao adensamento da problematização da memória, por meio das fontes orais, permitiu o uso dessa fonte como principal. Isso permitiu, principalmente, não utilizar a fonte oral apenas para sanar as lacunas das fontes documentais, exemplos dessa complexificação estão em estudos já citados, mas também em Amilcar Pereira e Verena Alberti (2007).

Eu diria que, ao longo desses dez anos de GT, houve um crescimento exponencial, o qual aumentou porque tem um duplo apelo, que é historiográfico, ou seja, há uma lacuna, um espaço dentro da historiografia brasileira para uma série de perguntas que não foram feitas, ou que, se feitas, as respostas não apontavam para todos os elementos. E, ainda, um apelo político, no sentido de que pessoas negras não são apenas objeto da historiografia, mas também sujeitos políticos ativos, que refletem sobre as próprias experiências e produzem conhecimento histórico, colocando-se a favor de uma agenda que contemple as questões que foram colocadas, sobretudo pelos movimentos sociais, especialmente o movimento social negro e o movimento de mulheres negras. Nesses dez anos, o GT avançou menos em uma noção teleológica de progresso, mas agregando, progressivamente, pesquisadoras, pesquisadores, jovens, muitos pesquisadores e pesquisadoras negras, com problemas relacionados à população negra. E, agora, já nos últimos anos do GT, com o impacto da

pandemia, fomos instigados a entender uma outra face dessa moeda das desigualdades, que atingem a população negra no Brasil, que é entender a branquitude. Se, até então, nós problematizamos a relação entre trabalhadores, sobretudo brancos e negros, entre pessoas brancas e negras, nos mais diferentes espaços, passamos a questionar o que significa ser branco nesses espaços? E o que isso acarretou para a experiência de vida das populações negras? Isso permite consolidar um subgrupo de estudos dentro desse grande grupo das Emancipações e do Pós-Abolição, que são as discussões sobre branquitude. O gênero e as fontes, pensando o método, contribuíram para que pudéssemos perceber a importância da ferramenta da Interseccionalidade. Conseguimos complexificar quem eram esses trabalhadores, geralmente falados no coletivo e em um universal, mas masculino.

Se nos estudos a concentração esteve, sobretudo, no espaço urbano, voltamos o olhar para o espaço rural, mais uma vez por meio do trabalho, por isso, tenho a impressão de que a História Social do Trabalho é o nosso ponto de partida. A partir *dos mundos do trabalho*, olhamos para esses trabalhadores negros no mundo rural, o campesinato, como os estudos de Ana Lugão e Hebe Mattos haviam enfatizado. E, ao refletir sobre isso, damos sequência a uma agenda empreendida por pesquisas concentradas, sobretudo, no Sudeste. Os resultados advindos das pesquisas sobre campesinato negro ajudam-nos a entender uma discussão, a qual guarda interlocução com o espaço político institucional, que são as comunidades quilombolas rurais. São questões que se desdobram a partir de iniciativas e de elementos que, por vezes, já estavam ali na historiografia. As inovações estão nas perguntas feitas à luz do campo, permitindo compreender os sujeitos daqueles espaços. Por exemplo, nos últimos anos conseguimos abordar os quilombos urbanos, que é uma outra complexidade. Por um lado, pensar os quilombos evoca o espaço rural; por outro, as perguntas levantadas acerca da complexidade do campo permitiram-nos a aproximação com os quilombos urbanos. O que, por sua vez, abriu caminho para a problematização do trabalho das mulheres no espaço rural. Nos últimos cinco anos, pelo menos, trabalhamos muito mais em termos de complexidade. Em um primeiro momento foram mapeamento, levantamento, discussão empírica, apontamento de fontes e de acervos. Isso já foi revolucionário. Em um segundo momento, atentamos-nos para as complexidades, as transformações e as questões que permanecem na sociedade brasileira, o que nos permite falar de pós-abolição na contemporaneidade.

Em termos de períodos históricos ultimamente, parece-me que o que mais vem sendo revisitado, à luz do campo de pós-abolição, são os estudos sobre a ditadura militar. Isso nos permite, cada vez mais, entender como o pós-abolição alcança os nossos dias, porque estamos problematizando a construção de raça e do racismo e de como isso se configura como uma

imposição muito perversa para as pessoas negras, que acabam por solapar a cidadania, a liberdade e a própria democracia. Estamos falando, também, do que é sobreviver a isso e sim como é viver em meio a essas constantes interdições. Como é ser uma pessoa negra? Isso faz diferença ainda hoje. Ainda não somos lidos simplesmente como pessoas, mas a partir de uma série de atravessamentos, inclusive atravessamentos mais complexos de gênero e de sexualidade, os quais, talvez, sejam os temas, que mais têm sido fortalecidos dentro do próprio GT.

Relacionando a temática deste dossiê “Tempos e Marcadores Sociais da Diferença, narrar histórias sobre outras perspectivas” com as produções do GTEP, uma das contribuições das pesquisas desenvolvidas por esses historiadores e historiadoras do GT é compreender as experiências dos sujeitos históricos em suas multiplicidades, em que raça, gênero e classe são entendidos como marcadores sociais interligados nas vivências das pessoas na escravidão e no pós-abolição. E isso é muito importante no sentido de se atentar para esses atravessamentos na busca da compreensão, sobretudo, de sociedades coloniais e escravistas, que também são sexistas. Muito disso foi pontuado a partir de uma produção das décadas de 1980 e 90 por pensadoras feministas negras, tanto no Brasil como nos Estados Unidos. Nesse sentido, gostaríamos de saber como a senhora enxerga essa introdução e os usos, ainda que tardios, dos pensamentos de mulheres negras na produção historiográfica sobre o pós-abolição brasileiro?

Fernanda Oliveira: Bom, é um pouco do que você fala. Chega muito tarde no Brasil, mas, à medida que chega, revoluciona porque nos permite pensar uma coisa fundante para a ciência histórica, que é a noção de temporalidade. Os marcos da temporalidade vão ser revistos a partir da contribuição desses pensamentos de mulheres negras, sobretudo, trazendo elementos fundamentais para operacionalizarmos melhor as nossas fontes, mas, mais do que isso, para as perguntas que serão feitas para as nossas fontes. Eu li, recentemente, o livro *Vidas Rebeldes, Belos Experimentos*, da Saidiya Hartman. Uma historiadora afro-norte-americana, que faz uso dessa perspectiva advinda do que identificamos como feminismo negro e, principalmente, uma tradição de pensamento negro radical. Mas ela se volta para os clássicos e, nesse livro, dialoga, especialmente, com Du Bois, que é, sem sombra de dúvidas, um desses pensadores que nos permitiram rever questões fundamentais, quando lá, em 1903, revisitou os marcos da história norte-americana no início do século XX. Só que nós demoramos muito tempo para acessar esses elementos, de qualquer forma, antes tarde do que nunca. Então, eles chegam e

nos permitem trabalhar com aquilo que é o mais sensacional da História: a complexidade. Entender como que essas pessoas vivem em meio à adversidade, como que nós, enquanto pessoas negras em lugares ditados por perspectivas completamente racistas, ainda assim conseguimos construir experiências de vida que não são únicas ou, exclusivamente, excepcionais, que ditam muito sobre normalidade e cotidiano, sobre vivências de fato.

Isso só foi possível porque fomos guiados por dois grandes elementos: as experiências coletivas, saber ouvir e, por essa historiografia, a qual conseguiu apresentar elementos e trazê-los, para nós, como um subsídio e, em alguma medida também, cancelar a produção do conhecimento. Durante muito tempo, a produção de pesquisadores negros, localizada nos anos 1980 e 1990 e, ainda, no início dos anos 2000, era vista como uma perspectiva única, exclusivamente militante ou panfletária. E isso era compreendido como algo extremamente pejorativo e contrário aos ditames da ciência histórica. Isso só vai se alterar com a consciência política de que o historiador é um ser político no mundo, seja ele branco, amarelo, preto, não interessa. E quem, em muito, contribuiu para isso foram e são as feministas negras. Ouso dizer que não se trata sequer de uma contribuição, mas de uma experiência própria de fazer e de produzir o conhecimento político e o conhecimento histórico. Enfim, o conhecimento social de uma forma geral trata de mulheres negras, que trazem outras questões para dizer: *Olha, a vida é muito mais complexa do que vocês estão pensando*. Esse pensamento de mulheres negras fez uso de outras fontes, e isso nos permitiu atentar para a qualidade das fontes no sentido de conseguir observar que aquilo é uma fonte a partir da pergunta que passamos a fazer e que, até então, não era feita. É isso que, especialmente, o feminismo negro, mas, de um modo geral, o pensamento de mulheres negras, nos apresenta/permite, ou seja, trata-se de complexificar a forma de pensar. Aos moldes do que a colega de campo, Ana Flávia, problematizou ao indicar que é preciso incorporar no nosso fazer reflexões em torno de quem nos ensina a pensar? Quem é que nos ensina a levantar outros questionamentos para além da descrição? Tem um texto, da Luiza Bairros (1996), que gosto muito, em resposta a Michael Hanchard, quando publicou *Orfeu e o Poder*, sobre a história do movimento negro no Brasil. Entre outras coisas, ele destacou que o movimento negro no Brasil é muito cultural e, em alguma medida, isso é responsável pelos poucos ganhos políticos do movimento em nosso país frente ao que aconteceu nos Estados Unidos. Luiza Bairros escreve uma resposta para o Hanchard, que, para mim, é um exemplo de como podemos agregar muito mais conhecimento histórico quando pensamos a partir de outros pressupostos, que advém da nossa experiência histórica enquanto negros brasileiros. Ela oferece a resposta de que a cultura no Brasil é um traço constitutivo da nossa história, não havendo como pensar, inclusive os próprios

movimentos sociais, sem pensar cultura, por esta ser imbuída de política. Cultura não está separada de política, cultura é política.

Foi assim que os movimentos sociais negros conseguiram construir perspectivas de valorização de autoestima, a qual se desdobra em uma posição política radical, já que nega o papel relegado e aciona o que é imposto pela nossa estrutura social racista. Os grandes movimentos no Brasil, quando olhamos sobretudo os movimentos baianos, como o Ilê Aiyê nos anos 70, contestando a ditadura ao colocar na rua um bloco negro, de uma forma que hoje muitos de nós nem conseguem imaginar. Não à toa, no primeiro carnaval, eles não puderam sair, mas fizeram isso por meio da cultura, e aquilo não era político? Aquilo não tem a capacidade de formação de consciência histórica para as pessoas, de acessarem as suas próprias histórias de vida? Essa consciência, por sua vez, permite-nos entender como o racismo coloca as pessoas negras em determinados lugares e que isso precisa ser explicitado. Além disso, demonstra que existe vida a despeito dessas questões, mas relacionadas a elas também. Foi Luiza Bairros (1995) que escreveu sobre isso, uma feminista negra, responsável, também, por trazer para o cenário brasileiro, pelo menos para o público de língua portuguesa, a perspectiva da matriz de dominação desenvolvida pela Patricia Hill Collins (2019). É ela que, em um texto publicado, em 1995, *Nossos Feminismos Revisitados*, apresenta-nos a perspectiva da Interseccionalidade do ponto de vista feminista negro, e que hoje compõe parte considerável de nossos estudos por meio da noção de interseccionalidade (Crenshaw, 2004; Collins e Bilge, 2021). Esse movimento, esse pensamento de pessoas negras, ensina-nos aquilo que, em história e historiografia, denominamos epistemologia, que é como se constrói conhecimento. O que dita a construção do conhecimento? O que essas perspectivas estão nos trazendo, aos moldes de outros autores –e, às vezes, escolas –é a possibilidade de se repensar a produção do conhecimento sem jogar fora o que já construímos. A história e o conhecimento, de uma forma geral, são construídos a partir do que já acumulamos, aprendendo a questionar e trazendo outros elementos e fontes que nos auxiliam na compreensão da complexidade, que é a marca da experiência humana. Estamos tentando colocar em letras aquilo que é vivido no cotidiano, que é repleto, atravessado, o tempo inteiro, de complexidade, e que não é natural, mas socialmente construído.

A partir da sua visão, quais devem ser os caminhos a serem percorridos pelos pesquisadores e pesquisadoras a partir de agora? Agora que já temos uma base consolidada, quais devem ser as demandas? As perspectivas do campo de estudos do pós-abolição para os próximos anos?

Fernanda Oliveira: Nós nunca podemos deixar de fazer aquilo que nos mobiliza. Então sempre há lugar para as pesquisas, que alguém vai dizer: “Ah, mas isso já foi muito explorado”. Depende da pergunta que irá fazer. Para mim, esse é o primeiro ponto. Mas tendo em vista aquilo que entendo como determinadas lacunas e questões que gostaria de ver pautadas, eu diria que os estudos críticos da branquitude, sexualidade, gênero e afro-indígenas têm muito a contribuir para que possamos trabalhar com esses dados, que complexificam o que significa ser negro em sociedades que não foram e não são pautadas por leis segregacionistas, bem como para identificar como esses marcadores interagem com as interdições à cidadania e como oferecem respostas a essas interdições. Isso vai nos ajudar a problematizar a própria noção do que significa segregação racial. Precisamos, efetivamente, conseguir adentrar, com maior ênfase e densidade, a História Social do racismo nas Américas. Só vamos conseguir isso à medida que compreendermos todos esses elementos. Isso vai nos ajudar, por exemplo, a contestar perspectivas que, ainda, operam, de que não houve leis segregacionistas nas Américas. Nesse sentido, inclusive Lélia Gonzalez e outros autores apontaram a necessidade de melhor observarmos os nossos códigos de leis e quem são os sujeitos alcançados, ainda que não tenhamos um conjunto de leis segregacionistas, como nos Estados Unidos. Essa compreensão nos permitirá ampliar as evidências em torno de silêncios que operam em uma sociedade segregada. Infelizmente, já podemos afirmar que não apenas os EUA detêm o monopólio da segregação racial. Mais pesquisas sistemáticas vão ajudar-nos a compreender as camadas da supremacia branca, do racismo e da segregação racial nas Américas. E precisamos desses avanços para conseguir compreender os meandros dessa marcação racial.

Eu diria para vocês que nós precisamos pensar racismo nas Américas, não só no Brasil, e pensar essas relações, que são transnacionais e colocam, em conexão, pensamentos, revisitando elementos, que são fundamentais. Hoje, pela manhã, estava lendo uma fonte de pesquisa, que é o jornal *Nuestra Raza*, do Uruguai, que circulou nos anos 1930 e nos anos 1940. E, nessa fonte de pesquisa, por exemplo, encontrei uma carta enviada pelo Langston Hughes, que se consolidou como um importante poeta do renascimento do Harlem, nos Estados Unidos, fazendo uma denúncia de que o Jacques Roumain, um intelectual e literato haitiano, da mais alta monta, foi preso porque tinha ido contra questões relacionadas ao governo haitiano nos anos 1930, evidenciando esse racismo que opera nas Américas, ainda de uma forma bastante conectada. No mesmo jornal, eu lia sobre um intelectual negro: Isabelino Gares. Um texto de sua autoria havia sido, recentemente, premiado em um concurso de

literatura e se propunha a refletir sobre contribuições para se pensar a História, especialmente a partir da contribuição dos negros na democracia nas Américas. Ele abordou a exploração dos indígenas pelos espanhóis durante a colônia, sustentando que a exploração indígena e negra permanecia. Isso foi escrito nos anos 1930. Trata-se de uma agenda de pesquisa ainda hoje, especialmente quando olhamos para os estudos decoloniais e evidenciamos a necessidade de falar sobre como se constitui a história das Américas, a história desse Sul global, inclusive a partir dos grandes parâmetros, inserindo essas populações. Esses sujeitos estavam falando isso já lá atrás, nos anos [19]30 – certamente, também, nos anos 1910, 1920 bem como no século XIX, igualmente. Só não tiveram uma grande audiência. Mas a pauta, o que chamamos de agenda, estava lançada. Eu diria que precisamos avançar nesses pontos e olhar para essas conexões. Olhar para aquilo que foi construído, sim, ao longo da História, não apenas descrever, mas pensar o que isso dita para nós em termos de conexão com o ensino e a construção de futuros. Que outros futuros podemos construir a partir de experiências tão adversas como são, sobretudo, as das mulheres, as dos indígenas, as de pessoas LGBTQIAP+, as negras –por vezes, experiências essas que se fazem, todas elas, em um único corpo. Como problematizamos isso para que sejam pensadas possibilidades de futuro? A História pode avançar nesse ponto, ainda que a História seja a ciência que se debruça sobre o que aconteceu em um tempo. Temos condições de pensar que futuro nós estamos construindo, porque é hoje, é a partir das perguntas de hoje, das pautas de hoje, que construímos o amanhã.

Ao longo das tuas pesquisas, embasada nessas novas abordagens, a senhora enfrentou alguma resistência? Sobretudo, tratando-se de pesquisas voltadas para o espaço fronteiro entre o Brasil e Uruguai.

Fernanda Oliveira: Sim. Primeiramente, fazer pesquisa histórica no Brasil, a partir de uma perspectiva negra, é encontrar resistência. Às vezes, ela é velada; às vezes, explícita. Óbvio, há a barreira do racismo epistêmico, nós sabemos de onde ele vem e que não vai sumir de uma hora para outra. Mas, de qualquer forma, o principal empecilho que encontrei nas minhas pesquisas, especialmente durante os meus estudos de mestrado e doutorado, mais especificamente no doutorado, foi, de fato, a perspectiva de unir interpretações, que não eram aquelas clássicas da História Social.

A minha pesquisa nasce dentro da História Social, por tudo que nós já falamos aqui, rememorando, sobretudo, Beatriz Loner, que era uma thompsoniana. Isso me influenciou e

deu sentido para a minha pesquisa, encontrei na obra do [E. P.] Thompson possibilidades de construir a minha pesquisa também. Mas entendi que precisava de outros elementos, especialmente de uma forma de pensar, de uma epistemologia que considerasse, fortemente, as perspectivas negras, e não apenas que me permitisse trabalhar sobre a perspectiva negra. Com Thompson, eu consigo trabalhar com *os de baixo*, sejam eles quem forem, mas queria um olhar mais direcionado. Quando penso nessa epistemologia que estou chamando de uma epistemologia negra, preciso sair do campo da História Social, evidentemente, e mais ainda do campo da História. E onde encontro guarida é no pensamento de mulheres negras, com a questão da interseccionalidade, mas, sobretudo, na literatura não-ficcional, por meio da noção de *escrevivência*, especialmente de Conceição Evaristo, ciente de que essa é uma forma de escrita muito comum às populações negras na diáspora, tendo em vista as construções de trajetórias coletivas. E, quando faço isso, encontro resistência.

Além disso, uma dos problemas que enfrentei, os quais, talvez, façam parte das experiências de outras pessoas, que vão acompanhar essa entrevista, é a questão geracional. Na historiografia, temos problemas colocados por diferentes gerações de historiadores. Por vezes, essas gerações dialogam, como é no caso do GT, por exemplo, a geração da Beatriz, mas a diferença é que esse tempo de Beatriz, de Hebe Mattos, de Marta Abreu, de Álvaro Nascimento continua dialogando com as gerações que vieram e inovaram os seus estudos, já que incorporaram, não houve um distanciamento. Mas, por vezes, há um distanciamento na forma de se fazer História a partir de diferentes gerações. E eu entendo que enfrentei um pouco isso. Quando trago reflexões sobre pensar relações transnacionais, a questão da interseccionalidade, e de fazer isso à luz de um pensamento de mulheres negras, é importante considerar que, lá em 2017, quando defendi a minha tese, essas questões não estavam plenamente colocadas no cenário acadêmico. Não sei dizer nem se hoje elas estão. Talvez tenhamos mais adeptos dessa perspectiva, mas não posso dizer que isso é pleno ainda. De qualquer forma, em 2017, era ainda mais novo. Houve uma resistência, nesse sentido, a qual entendi como relacionada às possibilidades de fazer uma História Social que não necessariamente olhava, única e exclusivamente, para uma lista de eleitor e lugar de moradia para definir o salário daquelas pessoas, propondo-se muito mais a entender a experiência coletiva da vida daquelas pessoas e construir pequenas histórias. Por vezes, eu não sabia se o nome do fulano era José Manuel da Silva, de 36 anos, residente da rua tal, e com a profissão tal. Eu só sabia que a história dele sobreviveu ao tempo e não é porque não dispunha dos outros elementos que não iria registrar. Mas, para uma perspectiva geracional signatária de uma História Social tradicional, isso, por vezes, foi malvisto. Eu enfrentei essas questões.

Para pessoas que como eu entendem que a História é produzida por sujeitos políticos, compreende-se que ela é recepcionada por sujeitos pautados por política também. E nem sempre essas questões vão encontrar ressonâncias, às vezes serão criticadas ou ignoradas. Mas ousou dizer para vocês que, apesar de entender esses elementos, isso não é algo que eu sabia desde o início. Fui fazendo e apostando também, fiz isso especialmente na tese de doutorado. A tese é um momento em que nos arriscamos, pela própria natureza do trabalho. Mas, de qualquer forma, não me arrependo, porque entendo que há um compromisso político de entender como as transformações se deram. Existem formas de entender, e eu fiz uma escolha pela forma que mais me permitia responder ao problema levantado e defender a minha tese. Fiz uma escolha sobre como lidar com isso, o que abriu espaço para as gerações que vieram depois da minha. Isso me interessa muito. Fazer com que pessoas de diferentes espaços sintam-se também, senão confortáveis, parte da academia. Esse é o meu principal compromisso político. Mais do que um compromisso, única e exclusivamente, com uma abordagem teórica, o meu compromisso é com a manutenção de sujeitos outros dentro da academia, e que possamos fazer ciência a partir de referenciais e metodologias diversas. Tenho um compromisso com a ciência, mas também com esses sujeitos. Então, o processo exige encontrar uma ponte para estabelecer contatos entre esses conhecimentos, que, por vezes, são bastante diversos.

Sabemos que grande parte da produção dos estudos sobre o pós-abolição é produzido por pesquisadores e pesquisadoras negras e negros, poderia comentar um pouco sobre o impacto desses sujeitos na produção historiográfica?

Fernanda Oliveira: Vivemos um tempo de um *boom* de pesquisas feitas por historiadores e historiadoras negras. Temos uma diversidade incrível de abordagens e um pouco até do que eu falava anteriormente, para pessoas que não tem medo da mistura, que não tem medo de não ter um trabalho, que é organicamente marxista, que é organicamente isso ou aquilo. Temos trabalhos que dialogam com o marxismo, mas pensam discussões identitárias, que não têm medo de fazer essas conexões. Trabalhos que abordam diferentes gerações, que enfrentam questões, como temporalidade, por exemplo: “*Ah, m trabalho de História bom, é um trabalho concentrado num espaço de tempo menor porque aí tu podes aprofundar todas as questões*”. Talvez não seja, e as pessoas hoje estão arriscando, trabalhando com perspectivas geracionais e se você quer fazer um trabalho geracional, não vai conseguir pegar cinco anos, dez anos. Vai ter que, às vezes, pegar um século, às vezes até mais, e irá arriscar, experimentar.

Entre as grandes contribuições dos historiadores negros e negras está a experimentação de outras questões e, evidentemente, um compromisso político com uma agenda de protagonismo negro, que não seja de exceção, mas comprometido em colocar pessoas negras no centro do debate. Entender que, se a maior parte da população negra nas Américas ocupa as margens, no debate historiográfico não precisa ocupar, pode estar no centro, porque estamos construindo perguntas que são capazes de alocar esses sujeitos nesse lugar por meio dos estudos sobre comunidades quilombolas, emprego doméstico, música, dança, os associativismos e, de uma forma geral, a imprensa negra. Os desdobramentos estão nas pesquisas de trajetórias e de biografias, nas possibilidades de se entender projetos, que foram construídos por sujeitos negros em determinado momento e que só, anos e décadas depois, conseguiram sair do papel por meio da agência dos próprios movimentos sociais negros. Esses historiadores e historiadoras buscam fazer jus à compreensão de que o movimento social negro, especialmente no Brasil, construiu uma agenda de pesquisa. Grande parte dessas historiadoras e historiadores negros, quando não advêm dos movimentos sociais, muitas vezes passam a compor os movimentos sociais, justamente por entender que há uma agenda de pesquisa, que é, simultaneamente, acadêmica e política na qual o seu trabalho se insere. Ou, por vezes, o que é muito mais comum, são pessoas que já foram formadas no movimento social e entram com uma agenda de investigação voltada para a historicidade dos próprios movimentos. Rompendo com a perspectiva, inclusive em um entendimento mais institucional, o de que trazer essa agenda de pesquisa do movimento social seria um estudo simplesmente panfletário, o qual não seria um estudo nem ciência, que já se vem com a resposta. E não é isso.

Historiadoras e historiadores negros e negras estão inovando, enormemente, em termos de abordagens, de objetos de pesquisas e de deslocamento de uma historiografia, que, durante muito tempo, foi considerada tradicional, ou que, pelo menos, exigia-se que tivesse bem delimitada a abordagem feita, qual a teoria seguida, qual o grupo de historiadores citado. E esses sujeitos citam a fulana de tal, que não é intelectual no sentido *stricto sensu*, mas vão citar o fulaninho que está escrevendo um livro acadêmico nos Estados Unidos, a senhorinha que publicou um livro de memórias do interior do Rio Grande do Sul. Eles conseguem manejar essas diferentes perspectivas e, para mim, isso é um grande ganho. Inclusive, não só para os historiadores negros, mas sempre que nos deparamos com trabalhos considerados inovadores, especialmente na historiografia, a tendência é que, quando olhamos as notas de rodapé e as referências, deparemo-nos com a constatação de que o trabalho se construiu a partir do extrapolar de sua própria área. Eles extrapolaram as correntes teóricas às quais eles

estavam filiados, trouxeram outros para dialogar, mesmo que fosse para criticar. É isso que pesquisadores negros, de uma forma geral, têm feito em diferentes áreas da ciência, e na historiografia não está sendo diferente.

De qualquer forma, parece-me importante destacar que estou reportando historiadores negros e historiadoras negras que compartilham do projeto político que vê na história um campo para disputar narrativas e que estão comprometidos com a emancipação. Destaco isso, pois, aqui, fiz menção apenas aos que trabalham no campo do pós-abolição, mas é preciso enfatizar que historiadores negros e negras não são todos iguais simplesmente porque são pessoas negras. São pessoas que pensam de forma diversa e se posicionam de múltiplas formas.

Hoje se fala, então, em algumas escolas de produção de conhecimento, aqui, no Rio Grande do Sul, como a Beatriz Loner, a qual a senhora se formou, além do Paulo Moreira, do professor Luís Augusto Farinatti a partir do Grupo de Estudos sobre o pós-Abolição (GEPA/UFSM), que fazemos parte. Pensando sobre a sua atuação enquanto professora universitária, em especial da UFRGS, desde o final de 2019, como enxerga a geração de estudantes que agora estão sendo formados com o que a gente já pode chamar de escola Fernanda Oliveira?

Fernanda Oliveira: Bom, aí vamos, sem sombra de dúvidas, para alguns elementos, que já passaram por aqui. Para mim, o principal é que os meus alunos possam entender que a história é feita de gente, de carne e osso, e que precisamos de ferramentas para operacionalizar essas histórias, sendo estas o mais humanizadas possíveis. Então, eu quero que as pessoas, que sejam formadas por mim, tenham condições de acolher outras histórias, de não fingir que não existem, que não há os percalços e os elementos atravessadores. Eu te diria que o principal para mim é uma história que seja capaz, de fato, de construir narrativas de empoderamento, de protagonismo, e isso não significa deixar as estruturas de lado, o que é impossível, mas entender que existe vida, e que a narrativa histórica pode e deve contribuir com a emancipação. Estou preocupada em entender as vivências das pessoas. Eu estou preocupada em entender as existências das pessoas, a resistência. A sobrevivência faz parte da vida, principalmente da população negra. Mas estou preocupada em entender como é que se vive, como é que se existe para além desses elementos que nos condicionam, que nos aprisionam. Então, se eu pudesse definir a agenda de pesquisa da escola Fernanda Oliveira, seria uma agenda de pesquisa concentrada nos sujeitos, capaz de olhar para esses sujeitos e entendê-los

como sujeitos de fato, não como objetos de pesquisa, mas pessoas que pensaram e existiram dentro de determinadas condições e precisam ser interpretadas em relação a isso, oferecendo respostas para questões enfrentadas naquele momento, mas que podem nos aportar, pelo menos, vislumbres dos futuros que podemos construir. Para mim, isso é o central dentro de uma construção de uma escola. A mim me importa quais as perguntas mobilizadas nos estudos. Para mim, essas perguntas devem relacionar-se com as pessoas, com o subjetivo e com as estruturas, simultaneamente. Entender que a história é composta também daquilo que é subjetivo, que possamos historicizar, cada vez mais, as vidas das pessoas no que lhes é mais complexo, que, para mim, é o cotidiano. Vivemos momentos de fratura, de rompimento, de tensão, de revolução, mas isso não é o que dita as nossas vidas. Aqui, estou informada por dois historiadores negros, C. L. R. James e Beatriz Nascimento. Ambos destacaram a importância de se compreender o que acontece no cotidiano, quando nem a revolução nem a guerra estão a ser vividas. A maior parte das nossas vidas se passa naquilo que a historiadora Beatriz Nascimento denominou de paz quilombola. O que as pessoas fazem para viver quando não estão em guerra nos quilombos? O que as pessoas fazem para conseguir viver nesses quilombos contemporâneos, gigantescos, quando não estão lidando com pandemia, enchentes e outros eventos extremos? Ou, além disso, como é que o ser negro faz para lidar com enchente e com pandemia sendo quem é? Quando que isso aparece? Como que isso floresce? Então, para mim, esses são os principais elementos que eu gostaria de ver o pessoal problematizando à luz de tudo que já falamos. E, por isso mesmo, tenho me dedicado a entender experiências em lugares que não são tão privilegiados, deslocados dos grandes centros, entendendo o pensamento de mulheres negras e como elas o constroem, de um modo completamente relacionado à ação, pois não existe uma intelectualidade fora, exclusiva do texto, já que calcada na experiência. Essas são questões que tenho perseguido e estimulado e que gostaria de ver, cada vez mais, aparecendo nos trabalhos históricos.

Sabemos das dificuldades que a pesquisa e o ser professor/a sofrem no Brasil. Nesse momento final de nossa conversa, o que diria para esses jovens pesquisadores e pesquisadoras, que almejam seguir na carreira, seja na educação básica ou superior?

Fernanda Oliveira: Sugiro que façamos um experimento. Todo professor de História, seja ele direcionado para a educação básica ou para o ensino superior, tem que entrar em uma sala de aula para ver se o olho brilha, se o coração acelera. Se temos a sensação de passar por um

portal e, por mais que se tenha estudado, chegamos, ali, na frente daquelas carinhas e nos questionamos: o que vai acontecer hoje? Se isso der prazer, você estará no caminho certo. Isso vale para quem entra em um arquivo ou qualquer instituição de memória ou se dedica a produzir história com e para outros públicos, que não o acadêmico ou o alunado. Só segue. Independentemente das questões que vão se colocar, porque sempre tem lugar para quem se compromete em fazer algo melhor e diferente. Não sou das pessoas que acham que a educação salva o mundo, mas tenho certeza de que ela ajuda. Para mim, é fundamental que as pessoas estejam comprometidas com a educação. E por que eu digo isso? Porque não acho que todo mundo tenha a vocação para ser professor. E eu falo aqui mais especialmente em ser professor, porque as pessoas precisam ter a dimensão de que ser pesquisador é uma ínfima parte do trabalho do historiador no Brasil. A maior parte do nosso trabalho advém da sala de aula. E essa sala de aula é conduzida por pesquisa. Você tem de ser uma boa pesquisadora, um bom pesquisador, para dar uma boa aula. E não importa se é para o 4º ano do ensino fundamental ou se é para o ensino superior, não interessa. Você tem que ter feito uma boa pesquisa.

Então, eu diria para vocês que, apesar de estarmos em um país que desvaloriza constantemente a educação, onde sabemos que o retorno financeiro, especialmente, é bastante precário para os professores, também sou dessas um tanto quanto utópica, que acha que temos que trabalhar com uma coisa que amamos. Então, se vocês fizerem esse experimento e se o brilho no olho veio, vocês ali permaneceram e acharam que vale a pena, que é isso que vocês querem, que é isso que move vocês, vocês vão conseguir. Vai ser difícil? Vai. Tem dias que temos vontade de sumir e sair correndo. Não tem perfeição, não se iludam, não existe perfeição. Mas é uma profissão que é muito compensatória. Eu não quero cair aqui em trabalhar por amor, profissão apenas como dom, não é isso. É uma profissão em que lidamos com gente o tempo inteiro. Mesmo que preparemos a mesma aula para dar em dez turmas de sexto ano, em cada uma será diferente, porque as pessoas são diferentes. Vocês precisam ser pessoas que estão aptas a conversar com o outro, a ouvir, a estimular, a querer que o outro cresça também. Que o teu aluno possa crescer, se desenvolver dentro da sala de aula, que você capte e consiga entender as diferenças que aquele estudante requer em termos de um plano de estudos específico. E, sim, isso dá trabalho, pois não temos apoio para fazer esse tipo de coisa, enfim. Mas isso é o que move a nossa profissão, e o que faz dela ser tão importante. Para além disso, precisamos saber história. Precisamos, enquanto sociedade, parar de fazer e falar tanta bobagem sobre o passado, e fazer tantas comparações errôneas e que beiram o ridículo. Precisamos ter muito cuidado com a produção do conhecimento histórico, porque ele pode ser

utilizado para coisas muito perversas. Então é um compromisso de fato político, de ser professor em primeiro lugar e de ser historiador ainda mais, porque lidamos com coisas absurdas que já aconteceram, mas que, infelizmente, não ficaram no passado. Talvez isso seja o mais absurdo da História, eles permanecem no presente. E aí a função do historiador é problematizar, para que possamos desconstruir isso e construir, de fato, um presente que seja muito melhor – e, sim, aqui, eu estou falando de valores.

Referências

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (org.). *Histórias do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARNT, Olga. Integrantes do movimento negro repudiam PEC que impede mudança da letra do Hino Riograndense. *Agência de Notícias da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*, 4 jul. 2023.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458, 1995.

BAIROS, Luiza. Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, p. 173-186, 1996.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. Sobre as artimanhas da razão imperialista. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 15–33, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/zqDTC6cBFBJ4KqdYTXgcNJy> Acesso em: 26 ago. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. 1. ed. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza, São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. Cruzamento: raça e gênero. Brasília, DF: Unifen, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

EVARISTO, Conceição. Da grafia desenho de minha mãe: um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais*. 1. ed. São Paulo: Fósforo Editora, 2022.

MOLET, Claudia Daiane Garcia. *Parentescos, solidariedades e práticas culturais: estratégias de manutenção de um campesinato negro no litoral negro do Rio Grande do Sul (do século XIX ao tempo presente)*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

NASCIMENTO, Fernanda. 10 anos da Lei de Cotas para estudantes negros: “Era um ambiente hostil, havia um silenciamento”. *Sul 21*, Porto Alegre, 20 de nov. 2021. Geral. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/11/10-anos-da-lei-de-cotas-para-estudantes-negros-era-um-ambiente-hostil-havia-um-silenciamento/> Acesso em: 26 ago. 2024.

OLIVEIRA, Fernanda. Até quando o racismo será tradição no Rio Grande do Sul? *Uol*, 20 set. 2022. Opinião. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/presenca-historica/2022/09/20/ate-quando-o-racismo-sera-tradicao-no-rio-grande-do-sul.htm>. Acesso em: 29 ago. 2024.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura à tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

PINTO, Ana F. M. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PINTO, Ana F. M. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *Raça, sociabilidade e identidade num clube pelotense: clube carnavalesco negro Fica Ahí Prá Ir Dizendo (1938-1943)*. 2008. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820- 1943)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-Abolição (1870-1960)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.